



IRREVERÊNCIA COM CONSISTÊNCIA? A MARCHA DAS VADIAS - SALVADOR NA FORMAÇÃO DE ARENAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO

Catiane Caldas de Brito (UFRB)¹

Edgilson Tavares de Araújo (UFRB)²

RESUMO:

Nos últimos anos, passamos por inúmeras reconfigurações da sociedade civil, inclusive com relação aos movimentos sociais. Emergem a partir da década de 80, na França, mais recentemente no Brasil, os chamados Novos Movimentos de Protesto – NMP, como “sujeito contestatório” não unificado. Estes trazem pautas emergentes como é o caso da Marcha das Vadias, derivado do movimento canadense Slut Walk. O objetivo deste trabalho foi analisar como as intervenções da Marcha das Vadias - Salvador (MDV-SSA) influenciaram no processo de definição de problemas de pública relevância e formação de arenas de políticas públicas de gênero no Estado da Bahia. Para tal, foi usada metodologia qualitativa, realizando-se 10 (dez) entrevistas, sendo 3 (três) com gestores das três esferas de governo, 4 (quatro) entrevistas com representantes do legislativo estadual e municipal, duas de cada casa legislativa, e mais 3 (três) entrevistas com militantes da MDV/SSA. Essas entrevistas foram transcritas e feitas análises de conteúdo, usando a análise categorial temática. Os principais resultados encontrados evidenciaram cinco categorias analíticas, que apresentam a influência da MDV/SSA na formação de arenas de políticas públicas de gênero na capital baiana.

Palavras chave: Arenas; Movimentos Sociais; Políticas Públicas de Gênero; Novos Movimentos de Protesto; Marcha das Vadias.

ABSTRACT:

In recent years, we passed numerous reconfigurations of civil society, including with respect to social movements. Emerge from the 80's, in France, most recently in Brazil the so-called New Protest Movements - NMP as "subject contestatory" not unified. These bring emerging agendas such as the Marcha das Vadias, derived from Canadian movement Slut Walk. The objective of this study was to analyze the interventions of Marcha das Vadia - Salvador (SSA-MDV) influenced the definition of public problems relevant process and formation of public policy arenas gender in the state of Bahia. To do this he used a qualitative methodology, taking place ten (10) persons were interviewed, three (3) with managers of the three spheres of government, four (4) interviews with representatives of state and local

¹ Graduada em Gestão Pública pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), servidora pública federal da UFRB - caudebrito@hotmail.com

² Doutor em Serviço Social (PUC-SP), Professor Adjunto UFRB, atuando na área de políticas públicas, nos cursos de graduação em Gestão Pública e Serviço Social, Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social – edgilson@gmail.com

legislative two each legislative house, and, 3 (three) interviews with militants MDV / SSA. These interviews were transcribed and content analysis made using the categorical analysis theme. The main results evidenced five analytic categories, which have the effect of MDV / SSA in the formation of public policy arenas gender in Salvador – Bahia.

Keywords: Arenas; Social movements; Policies on Gender; New protest movements; Slutwalk.

1. Introdução

Gradativamente, passamos por processos de revisão do papel social da mulher, principalmente quanto à participação na vida política e econômica, que foram significativamente alterados. Essas mudanças não ocorrem de forma espontânea, como um processo de reconhecimento da importância social da mulher. Foram necessárias intervenções de diferentes atores sociais que buscam a igualdade e equidade entre os sexos e o respeito às mulheres. Nesse sentido, surgem os movimentos sociais (MS) feministas voltados para a questão de gênero que pretendem mitigar a diferença subjetiva instituída historicamente entre o homem e a mulher. Os MS são uma das formas estruturantes da sociedade civil que devem ter, por princípio, a participação cidadã como elemento basilar na formulação de políticas públicas³.

As mudanças sociais não acontecem de forma espontânea, como resultado de avanços social, cultural e cronológico, senão como fruto dos diversos atores sociais, incluindo os “empreendedores de causa”, como são chamados por Lascoumes e Le Galès (2012). Nesse contexto, os MS podem ser considerados na atualidade como tais empreendedores, mesmo tendo em vista seu caráter sazonal e fluido de manifestações presenciais, mas, ao que parece, mantendo vivos ideais e utopias diversificadas em torno da igualdade de gênero.

De forma geral, todo MS tem uma ideologia, que em alguns casos se transforma em utopia, ou seja, lutam por propósitos comuns que mobilizam as pessoas, estabelecem um conjunto de crenças que negam o instituído, buscando criar outros

³ As políticas públicas (*policy*) têm sido analisadas tradicionalmente como construtos normativo-prescritivos num olhar mais estadocêntrico, principalmente, a partir das ideias de Harold Laswell (1950), entendendo-as como “o governo em ação”. Numa abordagem multicêntrica tem-se que “política pública é um conjunto de cursos de ação ativados por atores mobilizados por um problema de pública relevância, cuja seleção e articulação empírica é o principal problema de pesquisa do observador ou analista de políticas públicas” (BOULLOSA, 2010, p. 3). Ou seja, trata-se de “ação pública processual, complexa e multiatorial, voltada à resolução de um problema percebido como de pública relevância³, envolvendo degradação de bens públicos ou a preservação e reconstrução de tais bens” (BOULLOSA, 2011 *apud* RAMOS, BOULLOSA, 2013, p. 8). Este trabalho adota a segunda abordagem como referência.

instituintes, compondo novos paradigmas para a ação e reação. A partir dessas ideologias, os MS aparecem e desaparecem segundo conjunturas históricas.

Na contemporaneidade, com o uso de novos instrumentos de comunicação e informação, os MS se caracterizam pela fluidez nos seus processos de inovação, construção e desconstrução, voltando-se para diferentes causas sociais. Mais recentemente, isso tem sido observado principalmente com as grandes mobilizações feitas no mundo, com destaque para a Primavera Árabe⁴ e as manifestações ocorridas no Brasil desde junho de 2013, a exemplo do *#vempraruá*⁵, originando as chamadas Redes de Mobilizações Civas, Novíssimos Movimentos Sociais - NNMS (GOHN, 2010, 2011) ou os Novos Movimentos de Protesto - NMP (CEFAÏ, 2005).

É nesse contexto que vem se destacando na atualidade o NNMS urbano ou NMP, denominado Marcha das Vadias (MV). Originalmente chamado SlutWalk, esse movimento nasce da indignação de mulheres, quando no dia 24 de janeiro de 2011 um representante de polícia da cidade de Toronto, no Canadá, declarou que as vítimas de agressões sexuais eram responsáveis por tal violência devido à maneira de se vestir, tachando-as como vadias. Em 3 de abril de 2011, naquela cidade, foi realizado um protesto como reação às palavras do policial e, desde então, as manifestações internacionalizaram-se, sendo realizadas em diversas partes do mundo.

Considerando a importância da Marcha das Vadias na construção de conquistas e mudanças sociais relacionadas às questões de gênero e suas consequências na formação de arenas de políticas públicas, buscou-se compreender nesta pesquisa como os movimentos sociais de gênero têm atuado em Salvador e no Estado da Bahia no sentido da construção de novas arenas. Entende-se como arenas um conjunto de interações que se esforçam para interpretar e estabilizar um desafio. Desse modo, a arena é o espaço de definição do quadro de percepções sobre a realidade (CEFAÏ, 1996 *apud* LASCOURMES E LE GALÈS, 2012).

Este estudo teve como objetivo principal analisar como as intervenções da Marcha das Vadias influenciaram no processo de definição de problemas de pública

⁴ Primavera Árabe foi o nome dado às manifestações ocorridas em países da África e da Ásia, iniciadas no ano de 2011, motivadas pela insatisfação popular com a política ditatorial de seus governos. Mais informações podem ser obtidas em Lopes (2011).

⁵ Foi um movimento apartidário que reivindicava melhorias na prestação de serviço público e teve início através do movimento Passe-livre, que defende a tarifa zero para transporte coletivo. Mais informações no *site*: <<http://vempraruá.org/sobre>>.

relevância e formação de arenas de políticas públicas de gênero no Estado da Bahia. Trata-se de uma pesquisa predominantemente qualitativa, utilizando observação simples, análise de matérias de jornal e publicações no Facebook, além de entrevistas semiestruturadas com lideranças da MDV-SSA, políticos atuantes no poder legislativo (deputados estaduais e vereadores) e técnicos/gestores do executivo municipal e estadual⁶.

O título deste trabalho, "Irreverência com Consistência"?, colocado como uma pergunta, surgiu a partir da análise de uma das falas nas entrevistas com um gestor de políticas públicas, ao tentar definir a MDV-Salvador. Nesse sentido, o trabalho busca explorar os significantes da irreverência na efetividade da formação de arenas de políticas públicas presente nos discursos das pessoas envolvidas nesse movimento de protesto.

O artigo está estruturado em cinco partes, além desta introdução. Inicialmente, abordam-se as diferentes categorias analíticas sobre os movimentos sociais, enfatizando o panorama histórico dos movimentos feministas. Em seguida, busca-se contextualizar a MDS/SSA como Novo Movimento de Protesto (NMP) na formação de arenas de políticas públicas de gênero. Depois, são apresentados os resultados da pesquisa de campo a partir da análise do conteúdo das entrevistas que foram gravadas e depois transcritas, explicitando algumas categorias analíticas encontradas. Por fim, são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

2. Movimentos Sociais na contemporaneidade: em busca de definições

A Constituição do Brasil de 1988 imputa à sociedade civil a participação na formulação de políticas públicas. Um dos sujeitos estruturantes da sociedade civil - os movimentos sociais (MS) - tem exercido papel relevante no processo de construção de tais políticas. A ideia é trabalhar não apenas reivindicando, mas também propondo, utilizando, na atualidade, instrumentos institucionalizados, a exemplo de conselhos e fóruns. Desse modo, o caráter público das políticas não se dá pela qualidade do ator, mas pela relevância do problema público que pretendem enfrentar ou pela manutenção e oferta de bens públicos de modo compartilhado entre Estado e sociedade civil (BOULLOSA, 2010; CEFAÏ, 2005)

⁶ A escolha desses sujeitos baseou-se na relevância de cada um no processo de formação de arenas de políticas públicas de gênero. Mais adiante são detalhados os critérios selecionados.

Os MS, como uma das principais formas estruturantes da sociedade civil, criam-se e recriam-se guiados por um contexto social⁷, determinando suas demandas. Esses movimentos não apenas atuam em temáticas sociais específicas, mas também fortalecem questões identitárias, étnico-raciais, dentre outras dimensões da diversidade. Surgem a partir do momento em que sociedade civil vê a necessidade de reivindicar e propor mudanças acerca de uma temática à qual um grupo específico, ou não, se vê diretamente envolvido. Em sentido mais amplo, se constituem em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia (SCHERRER-WARREN, 2006).

O papel universalizante dos movimentos sociais do passado (a luta pelo direito de ter direitos) foi substituído pelo da busca de reconhecimento e do respeito às diferenças e às demandas e características particulares, representados pelos movimentos indentityários ao redor de diferentes expressões da questão social, como etnia, gênero, fome, trabalho etc. (GOHN, 2010a). Compreender categorias, quais sejam identidade, diferença, reconhecimento, como parte de um determinado coletivo, são fundamentais nos MS e na sociedade em geral (TEJERINA, 2012).

Surgem na década de 1970, os chamados Novos Movimentos Sociais (NMS), construídos como uma crítica à abordagem clássica marxista, fundando-se no chamado neomarxismo, que enfatiza a importância de consciência, ideologia, lutas sociais e solidariedade na ação coletiva.

Em meados dos anos 80, surgem na França os chamados Novos Movimentos de Protesto (NMP), agregando coletivos cuja característica é não se fundirem num sujeito contestatório unificado, tendo a questão do acesso e garantia à cidadania social como cerne das reivindicações. Os “excluídos”, tomam lugar dos “proletários” de outrora; trata-se dos “sem” direitos garantidos (CEFAÏ, 2005).

Entre as características desses NMP, destaca-se a fluidez com que os membros de diferentes organizações associativas transitam e se coligam de modo mais ou menos informal, “comprometem-se e descomprometem-se, segundo as contingências de sua vida familiar e profissional, que se envolvem num determinado dispositivo e se retiram ao mínimo desentendimento” (CEFAÏ, 2005, p. 140). Há uma

⁷ Gohn (2010b) identifica momentos distintos dos MS no nosso país, a partir de suas demandas: a) a partir de 1970 até os anos 1980, eram movimentos de oposição ao regime militar; b) a partir dos anos 90, a promulgação da Constituição de 88 abre a participação do cidadão na produção de bens públicos, incluindo uma pluralização de demandas étnicas e de gênero.

nova plasticidade sobre a ideia de “sujeito coletivo” defendida nos Novos Movimentos Protesto, nos quais “a reivindicação nem sempre coabita pacificamente” (MATHIEU *apud* CEFAÏ, 2005, p.135). São heterogêneos, não tendo muitas vezes outra ambição para além de informar, denunciar e reivindicar. Os NMP agem por vezes no limite da legalidade ou por vezes mergulham literalmente nela, a exemplo dos Black Blocs. Todavia, o recurso à violência é raro, pois o objetivo é sempre mostrar o caráter imoral de uma lei, chamar a atenção da mídia, comover, chocar e indignar o público. A retórica da defesa de direitos nos NMP remete sempre à interação com os poderes executivo, legislativo e judiciário, circunscrevendo “arenas públicas da denúncia e da reivindicação, da controvérsia e da confrontação” (CEFAÏ 2005, p. 148). A desobediência civil também se apresenta como uma estratégia de protesto dos NMP.

Para Gohn (2012), a crise financeira global de 2008 deu suporte para o nascimento de “Novíssimos Movimentos Sociais” no mundo ocidental. Proliferaram movimentos multi e pluriclassistas. São também, movimentos transnacionais. “Há novidades nas demandas, nas identidades, nos repertórios e no perfil dos participantes [...] É um tipo de movimento virtual, sem sede ou grupo organizador de grande visibilidade” (GOHN, 2012, p.1).

São problemas cotidianos de interesse difuso que marcam a pauta de reivindicações dos NNMS. Todavia, faltam aos movimentos atuais definições estratégicas, programáticas e teóricas (HARVEY, DAVIS, ZIZEK *et all apud* GOHN, 2012). Os ativistas dos NNMS⁸ “inspiram-se também em teorias do humanismo, em versões que combinam com visões holísticas. O pensamento humanista cresceu e espalhou-se entre os ativistas da cibercultura” GOHN (2012, p.1).

Uma característica comum marcante dos movimentos contemporâneos é a atuação fluida e diversificada em redes. As redes de movimentos sociais⁹ “pressupõe a

⁸ Apresentando o dissenso acerca do conceito dos NNMS, Rudá Ricci contesta Gohn (2012), afirmando que há pouco de novo nessa emergente categoria de MS. Para ele as redes sociais definem um outro tipo de associativismo, pois “os vínculos são individuais e não armados a partir de uma identidade coletiva. O que ocorre é uma adesão momentânea que faz das mobilizações algo muito mais efêmero do que um movimento social. Uma pessoa adere a uma mobilização por perceber que está sendo usada ou tragada por uma articulação maior, uma organização” (RICCI; 2012, p.1).

⁹ A partir da lógica das redes, desponta a ideia de Redes de Mobilizações Cívicas, surgidas principalmente pelo uso das redes sociais virtuais, gerando um novo tipo de associativismo, prioritariamente no contexto urbano, gerando novas formas de organização das demandas e práticas de interlocução, debates e proposições (GOHN, 2010).

identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Com base nas caracterizações feitas até então sobre Movimentos Sociais (MS), Novos Movimentos Sociais (NMS), Novíssimos Movimentos Sociais (NNMS) e Novos Movimentos de Protesto (NMP), é apresentado um quadro comparativo sobre esses conceitos, apoiado nas categorias de análise propostas por Maio (2004), evidenciando os aspectos axiológicos (valores), teleológicos (propósitos), epistemológicos (focos), ontológicos (agentes) e praxiológicos (*locus* e metodologia), presentes nesses recentes conceitos.

A partir do Quadro 1, pode-se observar que não houve uma radical substituição dos valores e propósitos que sustentam os movimentos sociais, mas, ao longo da história, torna-se possível verificar a incorporação, pelos NNMS e NMP, de valores decorrentes das contingências que emergiram nas últimas décadas face às novas prioridades de agenda política, em razão de problemas como pobreza, desigualdade, extrema corrupção, baixa qualidade dos serviços públicos etc.

Quadro 01 - Análise comparativa dos conceitos e embasamentos conceituais sobre Movimentos Sociais (MS), Novos Movimentos Sociais (NMS), Novíssimos Movimentos Sociais (NNMS) e Novos Movimentos de Protesto (NMP)

Conceito o Categor	Movimentos Sociais (MS)	Novos Movimentos Sociais (NMS)	Novíssimos Movimentos Sociais (NNMS)	Novos Movimentos de Protesto (NMP)
VALORES	<ul style="list-style-type: none"> - Democracia - Participação na vida pública - Militância política 	<ul style="list-style-type: none"> - Solidariedade - Cidadania - Democracia - Participação 	<ul style="list-style-type: none"> - “Novíssimas” solidariedades (antigos temas com novos focos) - Humanismo radical - Garantia de direitos 	<ul style="list-style-type: none"> - Indignação - Liberdades - Redefinição da política - Transparência - Controle social
PROPÓSITOS	<ul style="list-style-type: none"> - Possuem objetivos setoriais, porém articulados pela garantia da democracia, atuando de modo reivindicativo. - Combater o regime ditatorial. - Fortalecer questões identitárias, sendo constituídos a partir da definição clara de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Objetivos mais pontuais e setoriais. - Lutar e fortalecer as questões das diferenças, equidade e reconhecimento em busca de direitos sociais. - Combater a exclusão e pobreza. - Exerce papéis muito propositivos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Objetivos mais pontuais e setoriais. - Exerce papéis mais informativos e reivindicativos, menos propositivos. - Lutar por problemas cotidianos de interesse difuso. 	<ul style="list-style-type: none"> - Objetivos generalistas e difusos. - Informar, denunciar e reivindicar mais que propor. - Lutar contra a corrupção e o neoliberalismo e seus efeitos.
FOCOS	<ul style="list-style-type: none"> - Base nos conceitos do marxismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Base no chamado neomarxismo, enfatizando a importância de consciência, ideologia, lutas sociais e solidariedade na ação coletiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouco definido. - “Novidades nas demandas” (antigas temáticas com novos focos), nas identidades, nos repertórios e no perfil dos participantes. - Faltam definições estratégicas, programáticas e teóricas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouco definido. - Faltam definições estratégicas, programáticas e teóricas.
LOCUS	<ul style="list-style-type: none"> - Sujeito coletivo 	<ul style="list-style-type: none"> - Novo sujeito coletivo difuso e mais institucionalizado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redes sociais como novo tipo de “sujeito coletivo”. Identidades grupais fluidas e plásticas. - São multi e pluriclassistas, além de transnacionais. Formam identidades grupais momentâneas. 	<ul style="list-style-type: none"> - “Sujeito contestatório” não unificado, formado por indivíduos, ONGs, MS, Associações etc. - Formam identidades grupais momentâneas. - Há fluidez e plasticidade na participação mais ou menos informal de organizações associativas e indivíduos.
AGENTES	<ul style="list-style-type: none"> - Movimentos de luta contra a ditadura, pela reforma agrária, feminismo, estudantes etc. 	<ul style="list-style-type: none"> - Movimentos de estudantes, de mulheres, gays, lésbicas e em todo universo das questões de gênero, das minorias raciais e culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Occupy</i>, Os Indignados, movimentos étnicos e multiculturais na América Latina etc. 	<ul style="list-style-type: none"> - Partidos de esquerda, ecologistas, grupos de movimentos dos “sem” ou dos “excluídos”, organizações de defesa dos direitos humanos, ONGs humanitárias.

METODOLOGAS	<ul style="list-style-type: none"> - Manifestação de massa. - Pressão direta e indireta. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização e pressões com partidos políticos. Assume também papéis partidários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilizações usando redes sociais virtuais como principal estratégia. - Protestos coletivos e unificados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilizações usando redes sociais virtuais como principal estratégia. - Declaram-se apartidários. - Métodos de expressão pública. - Desobediência civil como estratégia de protesto.
--------------------	--	---	--	---

FONTE: Elaborado pelos autores, com base em Gohn (2000, 2010), Santos (1999) e Cefai (2005).

Do ponto de vista epistemológico, nota-se que, nos NNMS e NMP, os conceitos ainda são bastante frágeis em relação à base marxista dos MS ou mesmo neomarxista dos NMS. Dessa forma, o que caracterizaria os “novíssimos” ou o “protesto”, além da questão contextual/temporal, não seria o conceito em si, mas os meios diversificados de ação para o enfrentamento de “novas” demandas. Logo, parece que a nomenclatura é dada mais pelos meios que, necessariamente, pelas finalidades e foco teórico-conceitual.

Com relação ao loco e a práxis (metodologia) desenvolvidas pelo NNMS e NMP, de fato, se diferenciam dos MS tradicionais. Tal diferenciação ocorre pelo tipo de sujeito com que é formado, que no caso dos MS e NMS, são sujeitos coletivos com perfis mais institucionalizados. No entanto, os NNMS e NMP caracterizam-se por uma atuação mais fluida e por terem identidades contestatórias grupais momentâneas congregando não apenas ONGs e MS, organizações formais, mas também indivíduos de diferentes classes sociais. Nesse caso pode haver, inclusive, conflitos ideológicos individuais, mas que nos momentos de mobilização e dos protestos prevalece, mesmo que pontualmente, um sujeito contestatório unificado.

Para as metodologias, havia maior relação político-partidária nos MS e NMS, enquanto que nos NNMS e NMP há um repúdio a diferentes siglas partidárias, mesmo aquelas declaradas como a nova esquerda. Ao mesmo tempo em que é importante a indignação com relação às falidas instituições dos partidos políticos é preocupante a despolitização maquiada de republicanismo. Os novos movimentos são contra o Estado, mas não apontam nenhuma solução, e as poucas que surgem podem tender ao estadocentrismo. No que diz respeito aos agentes promotores do processo de mobilização, os momentos sociais e políticos, sob o ponto de vista aqui apresentado, forjam-nos.

2.1 O Movimento Feminista e as lutas por questões de gênero

Ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX, as mulheres passaram a buscar formas organizadas para expressar a luta por seus direitos. As reivindicações feministas, nesse momento, tiveram o Movimento Sufragista, que foi um movimento feminista de meados do século XIX, em que as mulheres dos Estados Unidos e Inglaterra reivindicavam o direito ao voto, como representante das demandas acerca dos direitos políticos.

No Brasil, essa corrente também pontuou questões que, até os dias de hoje, são revestidas por embates políticos. A sexualidade e o direito ao aborto e ao prazer foram bandeiras advogadas por esse movimento, em um momento que tinha como cenário político a ditadura militar e a censura.

Na atualidade, ganham espaço os movimentos que lutam por questões de gênero. O conceito determinista de gênero como uma variável binária e não problemática, que balizara o Movimento Feminista das décadas de 50 e 60 - e buscavam igualdade econômica e política - foi reconstruído com as Feministas da segunda geração – por volta dos anos 70. Esses movimentos colocam que o “masculino” e o “feminino” são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização (ALVES, PITANGUY, 1985). Para esse movimento pós-marxista, mulheres e homens são construções sociais.

Simone de Beauvoir, uma referência do Movimento Feminista, e sua propalada frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”, evidencia que condicionamentos culturais refletem determinações de diferenças sexuais (ALVES, PITANGUY, 1985). Sexo e gênero teriam conceitos distintos, devendo a autonomia e a emancipação serem direitos comuns a ambos.

Butler (2003) entende que gênero seria um fenômeno inconstante e contextual, que não denotaria um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes.

Há controvérsia sobre o significado de *construção*, que parece se basear na polaridade filosófica convencional entre livre-arbítrio e determinismo: “não há nada em sua explicação que garanta que o ‘ser’ que se torna mulher seja

necessariamente fêmea” (BUTLER, 2003, p.27), refutando a conhecida frase de Simone de Beauvoir¹⁰.

Para Judith Butler, as normas regulatórias do sexo têm, portanto, caráter performativo, isto é, têm poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas de gênero na ótica heterossexual (LOURO, 2004, p. 44). O conceito de gênero como performativo, trazido por Butler, coloca o entendimento de Feminista, sob essa ótica, como insuficiente, culturalmente formado, pois ele é, segundo a autora, um domínio de agência ou de liberdade. É, principalmente, importante resistir à violência que é imposta pelas novas ideias de gênero, especialmente contra aquelas pessoas que são diferentes em relação ao gênero, desviantes em sua apresentação, conforme, inclusive, ao que é preconizado pela Teoria Queer¹¹. (BUTLER, 2009).

3. A Marcha das Vadias – Salvador (MDV–SSA): caracterização e luta pelas questões de gênero

Vadia, conforme o dicionário Aurélio é: 1. Que não tem ocupação ou que não faz nada; ocioso desocupado; tunante; 2. vagabundo (FERREIRA, 1988, p.662). Para o MDV, ser vadia “é sinônimo de liberdade” (*Entrevista com Militante*).

Regras corporais identificam homens e mulheres, que ainda estão em subgrupos: de rua e de casa, construindo um imaginário de que aquela que se veste e se comporta “fora” do que socialmente é correto, seja uma mulher de “rua”. Devido a esse comportamento “incorreto” a mulher é vista como responsável pela violência da qual

¹⁰ Por exemplo, os transgêneros (pessoas que sentem inadequação extrema com o sexo biológico de nascimento), por vezes confundidos com homossexuais, passam a ser percebidos como uma importante realidade psíquica e social. Todavia, a transgenia é entendida como um transtorno mental de identidade de Gênero, classificada sob o Código Internacional de Doença - CID 10 - F64. A sua despatologização é uma forma de assegurar a cidadania, passando assim a ser pauta de defesa de direitos de movimentos sociais: "Já que, mesmo que posições libertárias nos induzam a entender isso como um direito pessoal, é um fato que somente medidas sociais e políticas podem garantir e implementar os direitos pessoais" (BUTLER, 2009, p.121).

¹¹ Estudos sobre gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis ganham no final dos anos 1980, nos Estados Unidos, notoriedade e relevância através da Teoria *Queer*. *Queer*, que pode ser traduzido como estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário, também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais (LOURO, 2004, p. 38). Esse termo, com toda a sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar uma perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. (LOURO2004, p. 38). Efetivamente, a Teoria *Queer* pode ser vinculada às vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizaram noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação (LOURO, 2004, p. 40).

pode ser vítima. Caminhar, sentar, expressar-se etc. tornaram-se fatores determinantes para julgamento. Nesse sentido, Butler (2013) afirma que agimos, andamos e falamos de forma que consolidam uma impressão de ser um homem ou ser uma mulher.

Com o *slogan* “Meu corpo, minhas regras. Nem santa, nem puta: Mulher!”, o MDV defende o direito de escolha de todas as pessoas sobre seu próprio corpo. Esse é o movimento denominado originalmente *Slut Walk* que surgiu a partir de um protesto realizado no dia 3 de abril de 2011, em Toronto, no Canadá, como reação de indignação a um comentário feito no dia 24 de janeiro de 2011, por uma autoridade de polícia local: “As mulheres devem evitar se vestir como vadias para não serem vítimas”. É um movimento não institucionalizado, que tem suas ações financiadas por meio de doações e executadas por voluntários, realizado em diversas partes do mundo, sendo também conhecido como a Marcha de Las Putas¹².

A MDV também conhecida como Marcha das Vagabundas é identificado como um movimento de gênero no sentido relacional e contextual, realizado em todo mundo, como evento articulado por meio das redes sociais. Nasce em um cenário em que as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) têm papel relevante na organização e comunicação de suas atividades e na interação com outros movimentos.

A primeira mobilização da MDV no Brasil ocorreu em São Paulo, no dia 4 de junho de 2011. Toda a mobilização se deu pela criação de uma página na rede social Facebook, pelas organizadoras do evento, prática que prevalece até os dias de hoje nas várias cidades em que está presente.

A MDV, no Brasil, publiciza em seu *site* campanhas de outros grupos feministas, ações governamentais acerca da temática de gênero, dentre outras. Cada “coletivo”¹³ multiplica e reforça as informações do *site* do movimento, nos respectivos perfis do Facebook e *blogs*.

¹² Vale ressaltar que as “marchas” estão vocacionadas para publicizar uma dada luta, criar fóruns de discussão nas cidades por onde passam e sensibilizar, mobilizar e recrutar novos membros (CEFAI, 2005).

¹³ Expressão utilizada entre os militantes, que comungada com o nome de uma cidade identifica a origem do movimento.

É um movimento que procura chamar a atenção da sociedade e da mídia, por meio de atitudes provocadoras, que por vezes beira a ilegalidade, em datas emblemáticas, como na vinda do Papa Francisco ao Brasil, em julho de 2013¹⁴.

Em Salvador – Bahia, o “coletivo” do MDV tem ganhado espaço na mídia e política, principalmente devido as suas mobilizações irreverentes e que têm chamado a atenção. A primeira mobilização foi marcada por meio do Facebook e aconteceria no ano de 2011, após terem ocorrido outras nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Sista Kátia¹⁵, grafiteira da capital baiana, iniciou a mobilização por meio da rede social, tendo como local para início do protesto a Ladeira da Montanha, conhecida via pública que se liga à Cidade Baixa, antiga zona de prostituição, dada à proximidade com o Porto, onde atualmente prevalece o tráfico de drogas. Todavia, apenas quatro pessoas compareceram. Somente no ano de 2012, após reuniões entre as primeiras envolvidas na tentativa de iniciar o movimento na cidade de Salvador, foi decidido marcar a primeira Marcha para o dia 2 de julho, data em que se comemora a Independência da Bahia, comumente palco de manifestações políticas. Esse dia, para o MDV-SSA, ficou sendo o principal dia de mobilização. Essa nova convocação, também via Facebook, deu início real ao movimento MDV-SSA.

Cada “coletivo” escolhe uma data comemorativa, nacional, estadual ou municipal, para marchar nas vias públicas. Nessa data escolhida em Salvador-BA, de acordo com entrevista com a coordenadora do MDV-SSA, reúnem-se cerca de 400 participantes: homens e mulheres (heterossexuais, homossexuais e bissexuais) e travestidos, de várias idades, embora, predominantemente jovens, carregando cartazes com palavras de ordem irreverentes, corpos desnudos, batucando latas, pedindo respeito, protestando contra o que consideram opressão à mulher. Os contextos social e político do momento são fontes de pauta e, por conseguinte, mobilização.

¹⁴ Indignados com os dogmas da igreja católica com relação às questões de gênero, manifestantes quebraram imagens sacras quando milhares de peregrinos aguardavam o início da vigília da Jornada Mundial Juventude (JMJ), pois “a intenção do protesto é incentivar o debate”, afirma um militante presente na manifestação ocorrida no Rio de Janeiro (OLIVEIRA, VASCONCELLOS, 2013, p.1). Percebe-se com esse fato a desobediência civil como estratégia, criando novas arenas públicas.

¹⁵ Informação fornecida em entrevista com militante.



Figura 2 - Imagens da MDV/SSA - 02 de julho de 2013

Fonte: MDV/SSA

A Figura 2 traz fotos da mobilização do MDV/SSA, ocorrida em 2 de julho de 2013. A primeira foto, na qual um homem tem escrito na barriga “Não ao nascituro”, diz respeito a uma das pautas definidas para essa mobilização. Naquele momento político estava tramitando o projeto de lei, o Estatuto do Nascituro, que trazia dentre outras questões a proibição do aborto em qualquer situação, mesmo nas situações de concepção resultantes de violência sexual. A outra foto revela o caráter político na atitude irreverente.

Além do Dia 2 de Julho, outras mobilizações em menor proporção podem ser feitas, sempre que ocorram situações problemáticas com relação às causas e bandeira de luta do movimento e que requeiram o enfrentamento e protesto público. Um exemplo disso, diz respeito ao caso de agressão sofrida por um casal lésbico durante uma exposição na Associação Cultural Brasil-Estados Unidos – ACBEU. As jovens estavam acompanhando o lançamento da exposição ‘Mutantes’, quando, no fim da mostra, tentaram ir ao banheiro. Conforme alegam, o segurança tentou impedir o acesso delas ao sanitário, dizendo que o lugar estava ‘fechado’ e que a exposição tinha acabado (OSELAME, 2013, p. 1). Uma das jovens levou um soco no rosto, conforme Figura 3.



Figura 3. Imagem do protesto realizado pelo movimento no ACBEU e da da militante da MDV/SSA agredida, particiando de protesto no Dia 2 de Julho na cidade de Salvador, da esquerda para a direita, respectivamente.

Fonte: Fernando Vivas | Ag. A TARDE e MDV/SSA, respectivamente.

Naquele momento, a MDV/SSA juntamente com o Grupo Gay da Bahia ocuparam o espaço da associação para protestar contra a lesbofobia e o machismo. À época, uma representante do legislativo municipal recebeu o casal de vítimas da agressão, o que mostra uma consequência na possível formação de arena política.

A MDV faz questão de salientar que é um movimento político, porém, não carrega nenhuma bandeira partidária –ressaltando sempre esta característica, assim como todos os NMP -, não é institucionalizado e caracteriza-se como um movimento de gênero. Os espaços de protesto são os públicos ou os privados de acesso público, sendo estes últimos escolhidos por serem locais onde ocorreu algum tipo de violência contra a qual lutam. O MDV/SSA participa de toda manifestação e/ou ações consideradas correlatas com os objetivos do movimento, independente de quem as fomenta.

O movimento, na cidade de Salvador, articula-se com outros de ideologias assemelhadas e incorpora à sua causa feminista diferentes expressões da questão social, tais como raciais, LGBT, étnicas etc.

De acordo com o contexto político também (re)aparecem novas demandas e lutas. Algumas reivindicações são compartilhadas com outros grupos, como, por exemplo, o pedido de cassação do Deputado Federal Marco Feliciano¹⁶, então presidente da

¹⁶ Deputado federal e pastor evangélico que declarou publicamente lutar contra o ativismo *gay*, em seu *blog*. Disponível em: <<http://www.marcofeliciano.com.br/blog/index.php/ativismo-gay-so-serve-para-promover-violencia-acorda-brasil/>> . Acesso em: 22/03/2014.

Comissão de Direitos Humanos e Minorias no ano de 2013, da Câmara de Deputados, que se declarou contra o ativismo gay, ao propor um Projeto de Lei de Cura-gay, que tinha como objetivo oferecer tratamento psicológico para alterar a orientação sexual de homossexuais, patologizando o homossexualismo.



Figura 5 - Imagens da MDV/SSA 02 de julho de 2013

Fonte: MDV/SSA

5. As percepções sobre a MDV-SSA e a formação de arenas de políticas públicas

A partir da compreensão das MDV-SSA como NMP incentivadora da formação de novas arenas de políticas públicas, apresentam-se aqui alguns resultados referentes às entrevistas realizadas neste estudo. Foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas. Conforme explicado na introdução do trabalho, a escolha dos entrevistados se deu pela acessibilidade e relevância aos sujeitos que têm significativa atuação no contexto das questões de gênero na atualidade, nas esferas legislativas e executivas federal¹⁷, municipal e estadual, além de militantes da MDS-Salvador. Assim, foram entrevistados entre novembro de 2013 e fevereiro de 2014: 02 (duas) deputadas estaduais envolvidas na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado da Bahia, aqui identificadas como LE1 e LE2; 02 (dois) representantes do legislativo municipal, sendo uma vereadora (LM1) e um vereador (LM2), envolvidos na Comissão de Direitos da Mulher da Câmara Municipal de Salvador; 01 (uma) gestora da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência

¹⁷ Tentou-se realizar uma entrevista também com um deputado federal que luta pelas questões de gênero, porém, infelizmente, isso não foi possível por incompatibilidade de agendas. Mesmo assim, insistiu-se com o envio das perguntas via *e-mail*, mas não houve retorno.

da República SPM/PR (GF); 01 (uma) gestora da Secretaria de Políticas para Mulheres do Estado da Bahia – SPM/BA (GE); 01 (uma) gestora da Superintendência de Direitos da Mulher da Cidade de Salvador SPM/SSA (GM); 03 (três) militantes/lideranças do MDV/SSA sendo um homem (M1) e duas mulheres (M2, M3).

As legendas descritas anteriormente serão usadas para identificar possíveis falas coletadas nas entrevistas. Como já explicitado, foi preservado o anonimato dos entrevistados, considerando suas posições políticas e os cargos que assumem, ou seja, são *policymakers* nos fluxos das políticas de gênero e, portanto, a manutenção do sigilo tentou manter maior espontaneidade e possível revelação de percepções mais reais sobre a MDV e as arenas. As entrevistas foram transcritas e mantidas a sua integralidade, inclusive supressões, buscando indutivamente as evidências empíricas que evidenciam o fenômeno da construção de arenas pela MDV-SSA. Em seguida, foi realizada a análise categorial temática (BARDIN, 1970), chegando a 221 (duzentos e vinte e uma) verbalizações, conteúdos significativos, que foram agrupados em 31 (trinta e um) temas. Entre esses temas, merecem destaque as questões recorrentes nas falas da maioria das entrevistas no que diz respeito à violência contra a mulher (37); à importância da participação social (26); à cultura machista e patriarcal (23); à extrema importância aos instrumentos de PP (18); ao movimento social como forma de pressão política (15); à necessidade de se articular com outras instituições políticas (13); ao entendimento de que o MDV busca autonomia sobre o corpo (11); à supervalorização de uma representação formal (9); ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (8); ao entendimento de que o Movimento da MDV luta quando não se sente representado (8). Esses temas foram mais incidentes nas falas dos representantes legislativos e dos gestores das três esferas de governo. Em seguida, os 31 temas foram agregados novamente em 05 (cinco) macrocategorias analíticas que surgiram das entrevistas, destacadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Quadro analítico de categorias definidas, a partir da percepção dos representantes do legislativo estadual e municipal, gestores de políticas públicas de gênero do executivo estadual e municipal e militantes da MDV-SSA, sobre a influência do movimento na formação de arenas

Categorias	Definição da categoria	Número de incidência das verbalizações nas entrevistas e sujeitos que verbalizaram
1. Agenda focalizada no enfrentamento das violências contra a mulher.	O instrumento Plano Nacional de Políticas para Mulheres é bastante apontado pelos atores, assim como outros instrumentos de PP, que tem 10 eixos de atuação. Há, porém, uma extrema focalização e supervalorização para as ações públicas voltadas para o enfrentamento das violências contra a mulher. Ressalta-se que se trata de um enfrentamento voltado apenas para uma visão binária de gênero.	80 Legislativo estadual (LE1, LE2, Legislativo municipal, LM1, LM2) e Gestores federal (GF) estadual (GE) e municipal (GM).
2. Supervalorização versus fragilidade dos instrumentos de PP	Assim como em outras PP, com relação às políticas de gênero, há uma supervalorização dos instrumentos de PP, tais como o Plano, os Conselhos, os Fóruns etc., no sentido de serem vistos como fundamentais para o processo de participação e implementação da <i>policy</i> . Porém, em menor grau, reconhece-se sua fragilidade, principalmente quando relacionados às atividades de <i>politic</i> .	53 Legislativo estadual (LE1, LE2), Legislativo municipal, LM1, LM2) e Gestores federal estadual e municipal, respectivamente (GF,GE, GM)
3. Baixa prioridade às questões de gênero nas agendas de PP	Trata-se da baixa prioridade dada pelos políticos e formuladores de PP para a questão de gênero, como problema de pública relevância, seja em termos orçamentários, legais, administrativos e institucionais.	30 Legislativo estadual (LE1, LE2), Legislativo municipal (LM1, LM2), Gestores estadual (GE) e Gestor municipal (GM)
4. Visões restritas sobre a MDV	Há um desconhecimento ou baixo nível de conhecimento sobre o MDV, refletindo uma visão restrita sobre seus propósitos e valores, ressaltando apenas a dimensão política em detrimento da dimensão ideológica (valores).	29 Legislativo estadual (LE1 LE2), Legislativo municipal (LM1, LM2) e Gestor federal (GF)
5. Valorização dos NMP	Trata-se da valorização das novas tendências trazidas pelos NMP, tais como o apartidarismo, a fluidez na militância, horizontalidade das relações, a menor institucionalização, a construção de um sujeito contestatório unificado, porém, diverso.	29 Militantes (M1, M2, M3)

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir da análise das entrevistas (2014).

Pelo Quadro 02, podemos perceber que a categoria **agenda focalizada no enfrentamento das violências contra a mulher** é a mais evidenciada por todos os entrevistados. As políticas públicas referentes à temática de gênero, atualmente, são balizadas no que é apresentado no Plano Nacional de Políticas para Mulheres - PNPM 2013-2015, elaborado pela SPM/PR. Esse plano é o instrumento que norteia as ações governamentais dos entes subnacionais, que têm a autonomia de escolher, dentre os dez eixos apresentados pelo PNPM, em qual(ais), será(ão) direcionados os recursos para a realização de ações que objetivem a equidade de gênero. Trata-se de um importante instrumento de políticas públicas que institucionaliza a agenda governamental de modo focalizado. Sobre o tema,

percebe-se um descolamento entre o que o MDV/SSA busca e o que compõe a agenda dos governos. O combate à violência contra a mulher é a prioridade da agenda de governo, embora essa mulher seja ainda entendida pelo conceito binário, priorizando o sexo e não o gênero, como ressalta a gestora do executivo federal, sinalizando sobre o entendimento reduzido na própria agenda governamental, sobre as atuais políticas públicas:

*O Plano Nacional de Política para as Mulheres tem a utilidade de selecionar as políticas locais, a partir do interesse político dos seus governantes, do ponto de vista dos municípios e do estado. [...] Que **compreensão** as autoridades têm e também que **interesses eles têm em definição das políticas públicas** [...]. A grande prioridade é equacionar o tema da violência contra as mulheres...*

*A gente sabe que existe uma dificuldade enorme, ainda na **compreensão da questão de gênero**. Gênero ainda é entendido como uma questão de sexo. (GF – grifo nosso)*

Para os militantes da MDV/SSA, o conceito de mulher vai além do signo que o determina, como ressalta o militante do sexo masculino, da MDV-SSA:

*sexo não define gênero, entendeu, você pode nascer... Como sexo infelizmente ainda tem esse caráter ainda muito “biologizante”, se a gente procurar a igualdade dos sexos, a gente procuraria igualdade apenas em mulheres com vagina. Existem mulheres que nascem com pênis. [...]. **Então, tem que todo tipo de mulher ser igual em oportunidades...** (Militante - M2- grifo nosso).*

Tal questão também é revelada e alertada por uma das militantes da MDV-SSA (M1):

a gente está aqui para defender o que a pessoa se enxerga. Se ela se enxerga transexual, vamos defender os transexuais, se ela entende que ela é hetero, vamos defender o hetero, se decidir que é lésbica... qualquer coisa. É ela que tem que se sentir bem, então a Marcha [das Vadias] tem o papel de está lutando (Militante - M1).

Essa fala é bastante significativa, evidenciando as lógicas dos NMP do “fazer público”, das características e contornos difusos dados a determinadas causas. Trata-se de uma renovação nas práticas militantes, forjando novas perspectivas sobre o bem público e os novos cenários de ação (CEFAI, 2005). A heterogeneidade dos atores e das ações têm, certamente, enriquecido as mobilizações sociais e conquistado novas arenas políticas, indo além das escolhas racionais. A segunda categoria trazida no Quadro 02 diz respeito à **supervalorização versus a fragilidade dos instrumentos de políticas públicas**. Os gestores governamentais entrevistados enxergam os instrumentos de PPs como as fontes mais legítimas para a formação de agenda de PP, conforme pode ser ressaltado nas falas abaixo:

O maior mecanismo é o próprio Conselho [...] Então são locais em que as políticas públicas são tratadas e definidas a partir da definição do Plano, não é? (Gestor federal - GF- grifo nosso).

*a gente está sempre dialogando, **inclusive nas conferências, tem o Conselho Municipal da Mulher. Sempre dialogando com o movimento (Gestor Municipal - GM- grifo nosso).***

Comumente, a participação da sociedade civil era entendida através da participação por meio dos instrumentos de PP. Esse equívoco, por parte dos entrevistados políticos e gestores governamentais, foi observado no momento da pesquisa, prevalecendo a lógica da institucionalização na inversão da ação.

Quanto à **fragilidade dos instrumentos de PP**¹⁸ é importante ressaltar que alguns instrumentos de participação, comumente supervalorizados, como os Conselhos, possuem uma parte de representantes do governo que, teoricamente decidem com a sociedade civil os rumos de uma política, tão enfatizado nas falas acima. Por outro lado, em menor grau, há um reconhecimento de que esses instrumentos também são vulneráveis a contextos políticos:

*Mudou o governo e ele [novo governo] iniciou: isso [dar continuidade às ações anteriores] para mim [novo governo] não é importante. E quem sofre é essa população, são esses movimentos, é essa grita na cidade que é sufocada, pelo mero poder de fazer, mas não querer fazer. Então precisa prevalecer a vontade política, que são duas coisas que tendem a acompanhar essa sobrevivência política: **o poder de fazer e o querer fazer** (Legislativo municipal - LM1, grifo nosso).*

Embora os instrumentos de PP sejam notadamente reconhecidos pelos representantes governamentais como vigorosa fonte de participação social, em menor grau, foi observado que os sujeitos também entendem que os instrumentos são frágeis. Além das colocações acima, é retomada a fala da gestora estadual sobre orçamento público, quando veementemente relembra algo sobre o Plano Plurianual (PPA), como instrumento de participação social na alocação de recursos: “Quando for cortar alguma coisa de um orçamento: Secretaria de mulheres é a primeira a cortar” (GE).

No processo de investigação, ficou evidente que o entendimento que esses sujeitos têm acerca de participação social no processo de construção de uma PP perpassa pelos instrumentos institucionalizados (PPA, Conselhos, Fóruns). Todavia, os militantes entendem que a mobilização nas ruas representa a melhor forma de

¹⁸Cabe lembrar que “os instrumentos de políticas públicas não são neutros. Pelo contrário, carregam consigo significados, representações e uma forma condensada de conhecimento sobre regulação (LASCOURMES E LE GALÈS, 2012 *apud* BOULLOSA, 2013). “Os efeitos podem produzir inércia, uma representação específica da questão ou induzir a uma problematização específica” (BOULLOSA, 2013, p. 8).

pressão política, o que é entendido como participação social: *a MDV ela vai **atrás dos direitos dela**, vai atrás do que ela quer, é através de uma ocupação direta nas ruas. É uma coisa política de verdade: é você **chegar na rua e gritar pelo direito que você quer** (Militante - M2).* Pela afirmação percebe-se uma forma de compreensão de participação direta e ativa, ativismo cívico e não apenas de modo institucionalizado. Corroborando, nesse sentido, Cefai (2005) explica que a terceira categoria apontada no Quadro 02 é a **baixa prioridade às questões de gênero nas agendas de políticas públicas**. Todos os sujeitos entrevistados apontam que a falta de orçamento, ou pelo menos o direcionamento de recursos para o enfrentamento de problemas acerca desse tema, é um ponto determinante. Isso fica evidente nas falas:

***nós não somos prioridade para os governantes, não é. Então, assim, não é prioridade, política para mulheres não é prioridade. [...] Quando for cortar alguma coisa de um orçamento: Secretarias de mulheres, é a primeira a cortar...** (Gestor estadual – GE- grifo nosso).
Falta de orçamento. Resume-se a isso, eu não tenho nem mais o que... (Gestor municipal - GM).
Olhe, [falta] articulação e orçamento, ninguém faz política sem orçamento (Legislativo municipal - LM1).*

Essa percepção também é transversal com outra questão, ancorada no discurso de um entrevistado, sobre a compreensão de relevância de um problema público:

porque determinadas vezes você pode ter o poder de fazer enquanto governante: você tem, mas você não quer fazer, você entende que não vale a pena fazer” (Legislativo municipal - LM1).

Em contraponto aos representantes governamentais, os militantes colocam que

a bancada fundamentalista do Congresso vem sendo de grande prejuízo pra gente. [...] Você vê a CDH [Comissão de Direitos Humanos] sendo espoliada, passada de mão em mão sem qualquer critério e isso prejudica muito qualquer política voltada para as mulheres, mesmo as que não tenham ligação com a Marcha das Vadias (Militante- M2).

A quarta categoria encontrada diz respeito às **visões restritas sobre a MDV**. As observações repousam sob a ótica de que os representantes governamentais das três esferas de poder têm sobre a MDV. Convém ressaltar que nesse momento as observações de campo contribuíram de forma significativa para as inferências, bem como os contextos das entrevistas.

Percebe-se que os representantes do legislativo traziam conceitos comuns do MDV, semelhantes aos encontrados no Wikipédia. Especificamente, em um dos casos, foi possível distinguir uma folha impressa com conteúdo sobre o *site* do MDV, após um

descuido do entrevistado, que ao perceber a falha, prontamente a cobriu com outros papéis. No entanto, não se pode afirmar que o conhecimento, perceptivelmente raso sobre o movimento, tenha relação com a situação presenciada pelo pesquisador durante a coleta de dados.

Para a análise do tema, foram agrupados conteúdos acerca do conhecimento sobre o MDV, que abarcaram entendimento sobre o movimento em seus aspectos políticos. Os gestores públicos do executivo, respectivamente, afirmaram:

***Não conheço**, mas como nós temos aqui servidoras que fazem parte da MDV, eu estive participando apesar de não me colocar assim, tão ousadamente como as meninas colocam. [...] muitas dessas mocinhas, a turma jovem, que vão para a rua se colocar, em muitas das vezes não se sentem representadas por aquele feminismo. [...] pelo que eu entendo, **pelo que falam algumas delas**, é que não existe o interesse burocrático de está nesse assento [fazer parte dos conselho] (GF – grifo nosso).*

*É maravilhoso porque chama a atenção para algo e ganha uma repercussão nacional porque está mostrando que a gente fala muito, mas nunca teve coragem de mostrar: que o nosso corpo nos pertence, que ninguém tem direito de tocar sem permissão. **Eu acho esse movimento espetacular, é irreverente e consistente, é uma irreverência com consistência** (Gestor Estadual – GE, grifo nosso).*

A gestora estadual (GE) fala da “irreverência com consistência”, trocadilho que foi usado como provocação no título deste trabalho. Mas, de fato, o que vem a ser irreverente? O que se entende por consistência? O entendimento da irreverência seria por tentar “chocar”, evidenciar corpos e questões de gênero ou o modo de mobilização e novo tipo de solidariedade que surgem? A consistência tem se materializado nas políticas públicas?

Os representantes dos legislativos, embora afirmem conhecer, apresentam percepções de um movimento que se apresenta, na visão de LE1, como “mais um”, e que para ter representatividade e respaldo político precisa se institucionalizar.

***É uma manifestação, não é, do grupo de minorias**, que nós consideramos minorias, mas que soube civilmente se organizar e fazer aquilo que, na eminência o então presidente Luis Inácio Lula da Silva tanto nos ensinou: ir às praças e fazer manifestação. Isso, conseqüentemente, nos remete à ideia da força popular e do que é hoje essa opinião pública, não é, de criar essas novas ordens (Legislativo Municipal - LM1 - grifo nosso).*

Fica perceptível que os representantes governamentais e dos legislativos ainda não conseguem dialogar com o movimento ou que há um diálogo fraco e pontual, haja vista esses representantes, em momentos anteriores, em especial os gestores, informarem que os espaços institucionalizados (Conselhos, Fóruns etc.) são os instrumentos mais acessados para promoção e implementação de políticas públicas de gênero.

Por fim, são apresentados os achados da pesquisa com relação à quinta e última categoria definida: a **valorização dos NMP**. Boa parte dos entrevistados valoriza as novas tendências trazidas pelos NMP, tais como o apartidarismo, a fluidez na militância, horizontalidade das relações, a menor institucionalização, a construção de um sujeito contestatário unificado, porém, diverso, o que reforça grande similaridade entre o MDV e os Novos Movimentos de Protesto (NMP), conforme já salientado. Nesse sentido, apresentam-se pontos em comum entre o MDV e NMP, que podem ser ressaltados a partir das percepções dos entrevistados. Valores como liberdade e redefinição da política em seus objetivos generalistas, que buscam informar, reivindicar e denunciar, apresentam-se claros pelo MDV. Ainda é adicionado o apartidarismo, característica do NMP, conforme afirmado pelos militantes entrevistados:

*A MDV nunca mandou documento nada, nenhum. A gente só faz assim, protestos mesmo. [...] lá dentro da marcha não tem questão partidária e seu eu quiser discutir questão partidária eu vou lá dentro do meu partido (M1).
Eu acho que a MDV, ela tem esse poder de ser muito mais democrática. Tem muitas falhas, mas eu acho que é muito assim, mais democrática, por que assim, inclui gay, lésbica, heterossexual e todo tipo de mulher. Então acho mais aberta (Militante - M2).
Mas no fundo no fundo a principal bandeira da Marcha, é **escandalizar mesmo a sociedade com o nome vadia, já que a própria sociedade não se escandaliza com a violência**, não é. Com os dados da violência (Militante - M3- grifo nosso).*

Outros pontos pacíficos entre MDV e os NMP são a participação por identificação e por experiências pessoais e a mobilização e a fluidez nas relações, apropriando-se das redes sociais:

Mas assim, a militância de internet, é a maior ferramenta da MDV, não é a única, mas é uma das melhores. E assim, é um espaço virtual, é um espaço muito importante, é muito efetiva. Eu posso dizer que fui transformado, transformado por esse espaço [...] a marcha ela é meio que “caleidoscópica”, ela junta vários pedaços e todo mundo tem algo em comum. Assim cada um tem sua opinião partidária, tem gente apartidária e tudo. Têm muitos grupos de MDV, muitos grupos maravilhosos que eu já participei que era muito bom, não sei hoje, porque hoje eu me distanciei um pouquinho... É do espaço virtual que a gente passa para o real (Militante - M2).

O compartilhamento de ideologias com outros movimentos para se fortalecer politicamente também é uma estratégia. Conforme afirmado por M2 e M1, há ligações entre o MDV e os movimentos raciais:

*a MDV está cada vez mais flertando com o movimento negro, no sentido de “enegrecer” o feminismo (Militante - M2).
Então, a Marcha tem que começar a fazer esse debate, da mulher preta... (Militante - M1).*

As principais estratégias para chamar a atenção daqueles responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas de gênero, é a ocupação, além

dos espaços virtuais, dos espaços públicos e privados de acesso público, como o caso do ACBEU, em datas específicas ou momentos entendidos com necessários para expor suas reivindicações. Nos NMP a desobediência civil (CEFAÏ, 2005) vem como uma ferramenta para impactar e chamar a atenção. Com a MDV não é diferente. Apesar de não explicitado, parece que a desobediência civil da MDV/SSA tem uma tendência anárquica, não partidária, objetivando a criação de novas arenas.

6. Considerações Finais

Ao interpretar as inquietações sociais, especificamente as questões de gênero, foi necessário entender e ter sensibilidade para perceber que todas as formas de expressão social apresentam anseios públicos para a formulação de políticas públicas, não se pautando apenas pelos instrumentos institucionalizados no âmbito do Estado.

Compreender melhor as especificidades de novos atores, como a MVD-SSA, foi uma tarefa que exigiu sensibilidade, acrescida da necessidade de desconstruir paradigmas, pois é um movimento que cria novos espaços para encaminhar demandas, e isso fica claro durante a pesquisa. Essas demandas não se expressam em letras escritas apenas em papéis, de forma convencional, apresentadas em espaços específicos. O desafio maior foi perceber que os políticos que têm o poder de agir não tinham conseguido se adaptar/enxergar essa nova forma de ser e de viver a cidadania.

Durante o processo de coleta de informações, todos os participantes demonstraram ter consciência do protagonismo da sociedade civil e da multiatorialidade na construção da democracia, mesmo que seja em sua fase mais tenra. Na maioria dos casos, durante a entrevista, ante a recorrência e a forma tão objetiva com que eram ditas, algumas respostas, dos gestores e dos políticos, pareciam orquestradas, o que expressava a visão arraigada da prevalência da visão estadocêntrica na regulação da vida social.

Esta pesquisa clarifica as percepções distintas acerca da participação entre os sujeitos entrevistados. Abre caminho para que novos estudos possam se estabelecer com o intuito de entender outras percepções acerca da questão.

A MDV/SSA cria novas arenas, mas que, talvez até pela sua recente atuação no Brasil, ainda não possua tanta influência na definição de agenda da política. A MDV/SSA não luta por igualdade de gênero, de forma isolada. Declara-se apartidária e se aproxima de seus pares ideológicos para ganhar força e visibilidade política.

Ademais, duas questões são primordiais para que as políticas públicas de gênero tenham um caráter mais universalizante: a) repensar o conceito de identidade de gênero como categoria a ser defendida e emancipada pelo poder público, a partir do momento em que se entendeu que as diferenças de gênero se apresentaram como um fato social que merecia atenção; b) repensar as formas de participação social na construção de políticas públicas, com sensibilidade para perceber os novos espaços utilizados para encaminhamento de demandas manifestadas por meio de insatisfação e inquietações.

Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985

ARAUJO, Edgilson Tavares de. Parcerias estado e organizações especializadas: discursos e práticas em nome da integração/inclusão educacional das pessoas com deficiência. 2006. 26 f. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) PUC/SP, 2006.

BOULLOSA, Rosana. **Mirando al revés das Políticas Públicas**. Salvador: UFBA, 2010 (no prelo)

BUTLER, Judith. Desdiagnosticando gênero, **Physis**, Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2009, 95-126

_____. **Problema de Gênero** – Feminismo e subversão da identidade, trad. Renato Aguiar, ed. 1, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ, 2003.

_____. **Revista Cult**, edição 185 <http://revistacult.uol.com.br/home/2013/11/o-percurso-da-performatividade> < Acesso em 13 jan.2014 >

_____. Judith Butler: gênero como performatividade

<<http://revistasamuel.uol.com.br/blogs/transtudo/judith-butler-genero-como-performatividade/>> Acesso em 11 nov.13

CEFAI, Daniel. **Como nos mobilizamos?** A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva, trad. Bruno Cardoso. Disponível em <<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas4Art1.pdf>> Acesso em 12 de dez. 2013

_____. Os novos movimentos de protesto em França – a articulação de novas arenas públicas. **Revista Crítica de ciências Sociais**, 72, 129-160, out, 2005

GOHN, Maria da Glória, **Movimentos sociais e redes de mobilização cívica no Brasil contemporâneo**. Vozes, Petrópolis, RJ, 2010a.

_____. **Movimentos Sociais no início do século XXI – Antigos e novos atores**. 4ed., Vozes, Petrópolis, RJ, 2010b

_____. A revolução será tuitada. **Revista Cult**, ed 169. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2013/01/a-revolucao-sera-tuitada/>> Acesso em 09/01/2014

LASCOUMES, Pierre. LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da ação pública**. trad. George Sarmiento, EdUFAL, Maceio, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho – Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. **Autentica**, Belo Horizonte. MG, 2004

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, Vozes, 2001

RAMOS, Simone. A, BOULLOSA, Rosana. F. O estudo dos instrumentos de políticas públicas: uma agenda em aberto para experiências de migração de escala In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, VII. Anais... Belém: RGS, 2013. Disponível em: www.anaisenapegs.com.br Acesso em: 20 mar 2014

RICCI, Rudá. Novíssimos movimentos sociais ou mobilizações da Geração Y? Disponível em: <<http://rudaricci.blogspot.com.br/2012/07/novissimos-movimentos-sociais-ou.html>> Acesso em 20/02/14

TEJERINA, Benjamin. Imaginar a sociedade: movimentos sociais e análise política na contemporaneidade. Entrevista com Benjamin Tejerina, por Frederico Viana Machado, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822013000200002&script=sci_arttext> Acesso em 01 de janeiro de 2014

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais **Rev. Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006